



PREFEITURA DE SANTOS
Secretaria de Educação



UME EDMEA LADEVIG

ANO: 8° A e B

COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA

PROFESSOR: LUIZ ANTONIO CANUTO DOS SANTOS

PERÍODO: 14/08 A 31/08/2020

Habilidade

(EF08HI15) Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado.

ROTEIRO DE ESTUDOS

Na quinzena 31/7 a 14/8, vimos que a família real veio para o Brasil fugindo da invasão francesa liderada por Napoleão Bonaparte. Em 1815, D. João promoveu o Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, o que tirava o país da condição de colônia. Estudamos também que, com a Revolução Liberal, ocorrida na cidade do Porto em 1820, os portugueses retomaram a administração de Portugal e exigiram o retorno da família real. Ao partir, D. João deixou aqui o seu filho D. Pedro, como príncipe regente garantindo a presença da família real no governo do Brasil.

Nesta quinzena, estudaremos esse breve período (1820-1822) e o processo que culminou com a Independência do Brasil.

A independência do Brasil

A maior parte da elite brasileira era formada por grandes proprietários de terra que se beneficiaram muito com as liberdades conquistadas a

partir de 1808. Essa elite apoiava a ideia de uma monarquia dual: D. João governando Portugal e D. Pedro governando o Brasil. Dessa forma, evitar-se-ia um movimento social pela independência. Havia o temor, entre as elites brasileiras, de que uma rebelião escrava, como a do Haiti, ocorresse no Brasil.

No entanto, as pressões das Cortes para recolonizar o Brasil levaram essas elites a admitir a ideia da independência. As Cortes, percebendo o objetivo dos brasileiros, exigiram o retorno de D. Pedro a Portugal. Porém, no dia **9 de janeiro de 1822** D. Pedro decidiu permanecer, atendendo a uma petição assinada por 8 mil cariocas. Esse dia ficou marcado como o **Dia do Fico**.



Aclamação de D. Pedro I no campo de Sant'Ana. (Jean-Baptiste Debret).

A proclamação da independência

As relações entre as Cortes e o Brasil agravavam-se a cada dia. Numa viagem a São Paulo, D. Pedro recebeu notícias de que as Cortes haviam reduzido o poder do príncipe regente. Na carta, o ministro do Conselho de Estado, José Bonifácio, insistia para que D. Pedro rompesse com Portugal. Assim, no dia 7 de setembro de 1822, D. Pedro proclamou a independência do Brasil e, em outubro foi aclamado imperador.

A independência do Brasil resultou de uma aliança política entre o príncipe D. Pedro e a aristocracia rural brasileira. As elites se aproximaram de D. Pedro para evitar a participação popular na luta pela independência e garantir seus privilégios. Por isso, o Brasil que nasceu da independência era um país monárquico e escravista.

O papel da princesa D. Leopoldina na independência do Brasil

A princesa D. Leopoldina, esposa de D. Pedro, teve um papel fundamental na condução dos acontecimentos que levaram à independência do Brasil, papel esse que costuma ser negligenciado nos livros de história. Leia o texto a seguir.

Maria Leopoldina

Maria Leopoldina foi uma arquiduquesa austríaca conhecida por ter sido a primeira imperatriz do Brasil. Ficou marcada por ser uma das grandes influências para que D. Pedro a independência do Brasil.

O casamento de Leopoldina não foi fácil e ela teve uma relação infeliz. Seu marido foi-lhe extremamente infiel traindo-a diversas vezes, chegando a trazer suas concubinas para o convívio com a esposa. Deu à luz sete filhos e faleceu ainda jovem, vítima de uma septicemia causada por um aborto espontâneo.

Leopoldina nasceu em Viena em de uma das mais tradicionais famílias reais da Europa: os Habsburgo-Lorena. Seu pai foi o imperador Francisco II. Como membro da família real austríaca, seu título real era de arquiduquesa.

Leopoldina nasceu em uma época tensa para o Sacro Império Romano Germânico (que se transformou em Império Austríaco em 1806). Seu país estava em guerra contra a França, e as monarquias absolutistas na Europa estavam em risco por conta dos ideais da Revolução Francesa. Algo que marcou a infância de Maria Leopoldina foi o fato de que sua tia-avó, Maria Antonieta, ter sido guilhotinada durante a Revolução Francesa.

Casamento de Leopoldina com D. Pedro

O casamento de Leopoldina com D. Pedro foi resultado das negociações realizadas entre os corpos

diplomáticos austríaco e português iniciadas durante o Congresso de Viena. Naquele contexto, Portugal procurava aumentar sua importância e assegurar uma posição no rol das grandes nações, e, para isso, um casamento com uma das monarquias mais poderosas da Europa seria útil. Para a Áustria, o casamento abria-lhes novas possibilidades no Brasil (recentemente promovido à condição de Reino Unido).

O casamento entre Leopoldina e D. Pedro aconteceu em 13 de maio de 1817, em uma igreja localizada em Viena. D. Pedro não compareceu à cerimônia pela distância do deslocamento entre Brasil e Áustria, e, por isso, ela foi realizada por procuração. Quem representou d. Pedro foi o tio de Leopoldina: Carlos, o duque de Tuschen.



D. Leopoldina com os filhos

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6b/Failutti%2C_Domenico_-_Retrato_de_Dona_Leopoldina_de_Habsburgo_e_Seus_Filhos.jpg

D. Leopoldina chegou no Brasil em 5 de novembro de 1817. Antes disso ela aprendeu a falar português. Seu pai aconselhou-a a não se contaminar pelos ideais republicanos que pipocavam na América, segundo aponta o historiador Clóvis Bulcão.

Junto de Leopoldina vieram um diplomata austríaco e um grupo de cientistas que estudaria botânica no Rio de Janeiro. As primeiras impressões sobre o Brasil e seu marido foram registradas por ela em cartas enviadas a seu pai e sua irmã. Nelas a austríaca expressou seu encantamento pela beleza do Rio de Janeiro e destacou alguns pontos da personalidade de D. Pedro.

Papel de D. Leopoldina na independência

Leopoldina cumpriu um papel importante na independência do Brasil, pois ela agiu diretamente para convencer d. Pedro a seguir o caminho da ruptura com Portugal. Os historiadores destacam que Leopoldina teve uma ótima leitura política ao perceber que o clima político poderia conduzir o país a uma república.

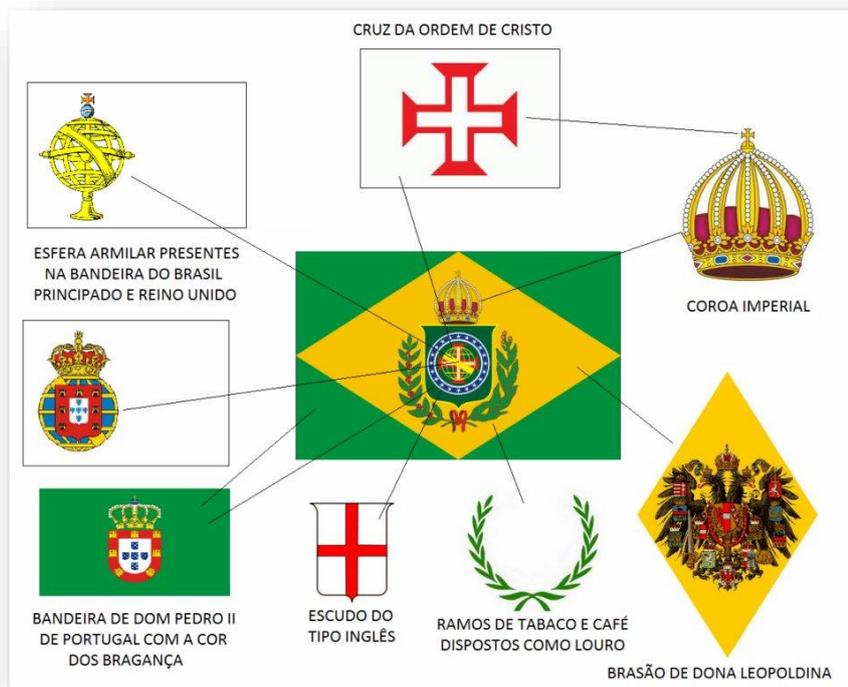
Ela entendeu que a única forma de manter o Brasil monárquico era fazer com que D. Pedro permanecesse no país para liderar a instalação de uma monarquia dos Bragança. Como definiu a historiadora Johanna Prantner, Leopoldina "estava certa que se podia negociar a libertação do Brasil da tutela portuguesa em troca de uma monarquia constitucional apoiada pelos patriotas brasileiros".

Na época ela ainda desfrutava de grande influência com o imperador e usou-a para conseguir firmeza em suas decisões. D. Pedro tomava atitudes com muita hesitação, e, nesse sentido, Leopoldina atuou para convencê-lo de que ele deveria voltar-se contra Portugal.

D. Leopoldina teve sucesso em suas ações, e D. Pedro decidiu ficar no Brasil e conduzir a independência. O país, como ela desejava, converteu-se em uma monarquia. Por fim, cabe mencionar que foi ela quem presidiu uma reunião emergencial que definiu a nossa independência – a carta enviada após

essa reunião fez com que D. Pedro declarasse-a em 7 de setembro de 1822.

D. Leopoldina também é responsável pela idealização da primeira bandeira do Brasil, que ela mesma costurou após reunir todo o tecido verde e amarelo que havia no palácio imperial, no Rio de Janeiro. A cor verde simboliza a Casa dos Bragança, a família de D. Pedro e o amarelo, os Habsburgo, a família imperial da Áustria. Veja nas imagens a seguir, a bandeira da monarquia e os seus símbolos.



Morte de D. Leopoldina

Os últimos anos de vida de Leopoldina foram tristes e marcados por uma progressiva depressão que a atingiu. Essa depressão foi causada pelas humilhações que ela sofria do imperador, principalmente pelo caso com Domitila. Existem diversos registros que relatam o estado de ânimos da imperatriz, e destacamos deles um trazido pela historiadora Isabel Lustosa:

“Encontrei Sua Majestade em sua biblioteca, inteiramente só, e pareceu-me fraca de saúde, e com maior depressão de ânimo do que de costume. Saí com um sentimento de opressão, quase novo para mim, pois deixava-a, como previ, para uma vida de vexações maiores que tudo que ela havia sofrido até então, e num estado de saúde pouco propício para suportar um peso adicional.”

Em 1826 Leopoldina engravidou novamente do imperador. A depressão que sofria e as brigas com o marido prejudicaram sua gravidez. Existem relatos de que ela chegou a ser espancada nesse estado. Leopoldina teve um aborto espontâneo e, enfraquecida, faleceu em 11 de dezembro de 1826.

Adaptado de: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/maria-leopoldina.htm#:~:text=Papel%20de%20Leopoldina%20na%20independ%C3%Aancia,caminho%20da%20ruptura%20com%20Portugal.>

Resistência à independência

Nas províncias do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, além de parte da Bahia e da Província Cisplatina (atual Uruguai), militares e altos funcionários portugueses recusaram-se a obedecer à decisão de D. Pedro, aliando-se às Cortes.

Na Bahia, a guerra contra as tropas portuguesas contou com apoio de oficiais ingleses. O conflito terminou em 2 de julho de 1823, depois que as forças inglesas e imperiais cercaram a cidade de Salvador e venceram os portugueses e seus partidários. O episódio da expulsão das tropas portuguesas transformou-se na data da independência da Bahia.

No Maranhão e no Pará, a vitória do império também contou com a participação de forças inglesas. No Pará, cerca de 250 rebeldes, entre civis e soldados, morreram asfixiados em um navio.

A unidade territorial do império foi definida apenas no final de 1823, quando a resistência das províncias foi vencida. Os violentos conflitos das guerras contrariam a visão da historiografia tradicional de que a independência do Brasil foi pacífica e ordeira.

O reconhecimento internacional

O reconhecimento da independência do Brasil por Portugal só aconteceu em 1825. Os Estados Unidos foram o primeiro país a oficializar o reconhecimento, em 1824.

Depois de várias negociações diplomáticas, em 1825, com a assinatura **do Tratado de Paz e Aliança**, a independência brasileira foi finalmente reconhecida. Entre outras obrigações, o Brasil concordava em indenizar a antiga metrópole com a elevada quantia de 2 milhões de libras esterlinas, fornecidas por um empréstimo inglês. Depois de Portugal, a Inglaterra, a França, a Áustria e as demais potências europeias reconheceram o Brasil como novo Estado independente na América do Sul.

EXERCÍCIOS:

1 A maior parte da elite brasileira era formada por grandes proprietários de terra que se beneficiaram muito com as liberdades conquistadas a partir de 1808. Essa elite apoiava a ideia de uma monarquia dual: D. João governando Portugal e D. Pedro governando o Brasil. Dessa forma:

- (a) evitar-se-ia a continuidade da escravidão no Brasil
- (b) evitar-se-ia um movimento social pela independência
- (c) evitar-se-ia uma invasão francesa ao Brasil
- (d) evitar-se-ia uma invasão inglesa ao Brasil

2 As pressões das Cortes portuguesas para recolonizar o Brasil levaram essas elites a admitir a ideia da independência. No dia 9 de janeiro de 1822 D. Pedro decidiu permanecer, atendendo a uma petição assinada por 8 mil cariocas. Esse dia ficou marcado como:

- (a) O Dia da Monarquia
- (b) O Dia da República
- (c) o Dia do Fico
- (d) o Dia da Independência

3 A independência do Brasil resultou de uma aliança política entre o príncipe D. Pedro e a aristocracia rural brasileira. As elites se aproximaram de D. Pedro para evitar a participação popular na luta pela independência e

- (a) garantir seus privilégios

- (b) garantir melhorias para o povo
- (c) garantir o fim da escravidão
- (d) garantir a recolonização do Brasil

4 Ao garantir os privilégios das elites, o Brasil que nasceu com a independências era um país:

- (a) republicano
- (b) monárquico e escravista
- (c) democrático
- (d) socialista

5 Ao contrário do que se imagina, a independência do Brasil não foi pacífica e ordeira. Houve nas províncias:

- (a) de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, além de parte do Mato Grosso e Goiás
- (b) do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, além de parte da Bahia e da Província Cisplatina
- (c) do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, além de parte de São Paulo
- (d) do Amazonas, Pará, Alagoas e parte de Pernambuco e Sergipe

6 O primeiro país a oficializar o reconhecimento da independência do Brasil foi:

- (a) a Argentina
- (b) a França
- (c) os Estados Unidos
- (d) a Inglaterra

7 Depois de várias negociações diplomáticas, em 1825, Portugal reconheceu a independência do Brasil com a assinatura

- (a) do Tratado de Viena
- (b) do Tratado de Paz e Aliança
- (c) do Tratado de Paris
- (d) do Tratado de Roma

8 Entre outras obrigações, o Brasil concordava em indenizar Portugal com a elevada quantia de 2 milhões de libras esterlinas, fornecidas por um empréstimo:

- (a) inglês
- (b) norte-americano
- (c) francês
- (d) holandês

TRABALHANDO COM DOCUMENTOS

"O Grito do Ipiranga" é um imenso painel pintado por Pedro Américo, que tem 7,60m de comprimento por 4,15m de altura, ele foi pintado em Florença, na Itália, entre 1886 e 1888.

Entre sua concepção e seu acabamento, perpassam uma série de interesses políticos, que se relacionam ao declínio da monarquia brasileira e até aos ideais republicanos do pintor, embora este fosse protegido de Dom Pedro II. É o principal símbolo da proclamação da Independência do Brasil.

Observe atentamente a imagem de "O Grito do Ipiranga" e responda:

A - Esta imagem é uma fotografia fiel do que realmente teria acontecido em 7 de setembro de 1822?

Justifique a sua resposta.



<https://site.oatibaiense.com.br/wp-content/uploads/2019/09/36-800x445.jpg>

Vejamos mais de perto alguns detalhes da obra:

- Os cavalos:



D. Pedro e sua comitiva estavam retornando de Santos, portanto, subindo a Serra do Mar. Esse caminho não era feito por cavalos e sim por mulas

- Os uniformes usados por D. Pedro e sua comitiva:



Nem D. Pedro, nem sua comitiva estariam usando uniforme de gala e sim roupas mais práticas para a viagem. Além disso, suas roupas estariam sujas de pó ou lama.

- O grito às margens do Ipiranga:



D. Pedro não estaria às margens do Ipiranga, e sim no alto de uma colina.

- A "Casa do Grito":



A casa que se vê ao fundo, de pau-a-pique, não é a mesma que se encontra hoje no local, cujo registro é de 1884, 62 anos após a independência.

- O número de soldados da comitiva:



O número de soldados deveria ser de 3 ou 4 soldados e não a quantidade que aparece no quadro.

Leia o texto e responda às questões

“A imagem de D. Pedro é a da força, da jovialidade e da centralidade. [...] Um exemplo típico de como essas imagens se moldaram está na representação da proclamação da independência criada pelo pintor Pedro Américo. Lá o vemos no alto de um morro, ligeiramente por sobre seus soldados e bastante mais alto que o homem pobre com seu carro de boi. A cavalo, com seu uniforme de gala, o herói cercado pelos ‘dragões da independência’ (o exército). A espada para o alto e a representação do grito fazem com que todo o entorno do quadro ‘gire’ em um movimento circular que tem no centro a figura do imperador. Tudo isso remete às ideias de força, ímpeto e autoridade”

ALAMBERT, Francisco. O personagem na memória. In: D. Pedro I: o imperador cordial. São Paulo: Secretaria do Estado da Educação/Imprensa Oficial, 2006. P. 9

- a) Que acontecimento histórico foi representado nessa pintura?
- b) Como o historiador Francisco Alambert interpretou a representação feita de D. Pedro nessa pintura?